

ESTUDOS DO I.S.C.A.A. II SÉRIE • Nº 1 • 1995
REVISTA DE PUBLICAÇÃO ANUAL

DIRECÇÃO: Joaquim José da Cunha

COORDENAÇÃO: José Fernandes de Sousa
Virgínia Maria Granate Costa e Sousa

CONSELHO CONSULTIVO: • Comissão Científica das Comemorações
• Professores Coordenadores das Áreas
ou domínios científicos do I.S.C.A.A.

EDIÇÃO E PROPRIEDADE: Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Aveiro

APOIO ADMINISTRATIVO E ASSINATURAS: Biblioteca do I.S.C.A.A.
R. Associação Humanitária dos
Bombeiros Velhos de Aveiro
Apart. 58 - 3800 - Aveiro
Tel.:034)381977•381911;Fax.:28975

Preço deste Nº: 3 000\$00

ISSN: 0873-2019

Depósito legal nº: 922 54/95

Capa: Design. Francisco Espindola

Composição/impressão: Tipografia Minerva Central, Lda./1995

Comemorações do
Centenário do Nascimento do Professor



Jaime Lopes Amorim
(1891-1991)

Jaime Lopes Amorim

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de
Aveiro

1992

A ESSÊNCIA FILOSÓFICA DA DOUTRINA CONTABIL DE LOPES AMORIM E SUA INFLUÊNCIA CIENTÍFICA

*PROF. DR. A. LOPES DE SA**

"Igitur, quod temperamentum omnes in illo subito pietatis calore servamus, hoc singuli quoque meditatique teneamus sciamusque nullum esse neque sincerius neque acceptius genus gratiarum, quam quod illas acclamationes aemulemur, quae fingendi non habent tempus."

Plini Caecili Secundi Panegyricus

Precursos de uma ciência contabil Luso Brasileira

A história das doutrinas contábeis, no campo do conhecimento racional, científico, possui limites nítidos na literatura específica em língua portuguesa.

É possível distinguir entre os que se postaram como "seguidores" e aqueles que buscaram "novas áreas conceituais", entre os que apenas difundiram e os que se embrenharam pela filosofia de nosso conhecimento.

* Presidente do IPAT-UNA e Vice-Presidente da Academia Brasileira de Ciências contábeis — Presidente da ACICE — Associação Científica Internacional de Contabilidade e Economia — Director Geral do Centro de Estudos Superiores de Contabilidade do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (Órgão Público Federal), Brasil.

A década de 20, desse século XX em meu modo de entender, ofereceu no seu final, obras de dois grandes luminares: Francisco d'Auria no Brasil e Jaime Lopes Amorim em Portugal, ambos criadores de ideias no campo superior da contabilidade.

D'Auria ensaiou um Positivismo Contabil (cuja tese apresentou ao Congresso Internacional de Contabilidade, em Barcelona) e Lopes Amorim brindou-nos com uma obra de grande envergadura na qual enunciava a sua Teoria do Equilíbrio Patrimonial.

Ambos seguiam a trilha de Masi, patrimonialista, mas cada um com o seu peculiar toque de genialidade.

É sobre a grandeza do pensamento do emérito mestre lusitano que pretendemos desenvolver o presente trabalho, como homenagem ao seu Centenário, como reconhecimento que pretende fazer justiça a um egrégio mestre; ou ainda como transcrevemos como exórdio utilizando as expressões de Plínio o Jovem, em seu Panegirico a Trajano sem deixar-nos perturbar por um afeto que poderia perturbar a medida de uma justa referência, sem qualquer sombra de fingimento que possa empanar o brilho de quem já tem luz própria e da nossa não carece.

Como escreveu Homero, "A todos Deus não dá a mesma grandeza de valor (Odisseia VIII, 141-178)"; a nós nos cabe, todavia, reconhecer a diferenciação, mensurar a magnitude atribuída pela divindade, sob, a ótica de nossos próprios ângulos, buscando destacar as diferenças qualitativas, a partir da essência de sua utilidade, no campo que militamos; assim se justificam, perante a história, trabalhos da natureza deste agora apresentado.

Pensamento e razões lógicas essenciais de Lopes Amorim

Dentre as diversas funções patrimoniais, a de equilíbrio foi a principal preocupação de Lopes Amorim, a ponto de considerá-la como finalidade central nos estudos da contabilidade, inserida, mesmo, como complemento de objecto científico.

Ele a visualizou como uma "posição do património", basilar e relevante.

Para assimilar, entretanto, o conceito do mestre é preciso aprofundar

em sua obra e buscar a interpretação de suas “razões lógicas essenciais”.

Entendeu ele que o movimento que gera o fenómeno patrimonial nasce da “acção administrativa” e que a finalidade do mesmo é a preservação de um estado de equilíbrio .

A base lógica, essencial, sequencial, de seu pensamento, estribou-se, por conseguinte, em um complexo natural de relações: a administração (Ad), implica em uma acção patrimonial (Ap) que implica logicamente no fenómeno patrimonial (Fp) e, esse, para ser eficaz (Ea) deve equivaler a um estado de equilíbrio (Eq):

$$(Ad \rightarrow Ap) \Rightarrow (Fp \equiv Ea) \longleftrightarrow Eq$$

Ou, ainda, a acção administrativa implicará em eficácia, se e somente se, o equilíbrio patrimonial produzir-se:

$$Ad \Leftrightarrow Ea \longleftrightarrow Eq$$

Excluiu, o “auto-movimento” no Património (P), ou seja, não concebeu o fenómeno patrimonial (Fp) por si só:

$$P \not\rightarrow Fp$$

Logo:

$$Fp \longleftrightarrow Ap \wedge Ap \longleftrightarrow Ad$$

Ou ainda: o património, por si só, não implica em fenómeno e a acção patrimonial que promove tal fenómeno só pode existir se a administração accionar a substância ou massa patrimonial.

Buscou a mais pura acepção, afirmando que:

“O património é um todo material, e, como tal, insusceptível de se movimentar ou modificar por si próprio.⁽¹⁾”

⁽¹⁾ Jaime Lopes Amorim — Lições de Contabilidade Geral, vol. I
pág. 335, Edição E.I.G., Porto, 1929.

Fundamentos e relações lógicas básicas derivavam-se, para ele dos conceitos de que:

A — O património é matéria:

B — O estado patrimonial natural é inercial.

E prosseguiu, afirmando que:

“...qualquer modificação que nele se opere terá necessariamente de emanar de um agente ou duma entidade moral com a capacidade e a autoridade suficientes para decidir da melhor oportunidade para a realização de certos actos... (2)”

Logo, o movimento patrimonial, no entender do mestre, depende de um “causa agente”, sem o que o seu estado será sempre o inercial.

Essa “causa agente” ele bem a define, atribuindo-a ao pessoal das aziendas, ou seja, em geral, a administração.

O mestre seguia os pensamentos de Villa e de Rossi, mas, com o seu próprio modo de enfocar.

Rossi afirmara:

“La matéria amministrabile, durante la vita, sociale dell’ente, va soggetta a continue metamorfosi che provengono dall’esercizio delle funzioni amministrative. Tra le funzioni ed il loro effetti stano i fatti amministrativi che sono come le funzioni in atto(3)”.

Se Giovanni Rossi, o genial personalista (que Masi entendia mais profundo intelectualmente que o próprio Cerboni, chefe da escola) afirmava que a função administrativa era a causa agente de todas as metamorfoses, Lopes Amorim, não só consagrava e homologava tal lógica, mas, atribuía-lhe uma responsabilidade objectiva maior e que era a do equilíbrio.

Não há duvida, todavia, que o mestre lusitano seguia a tendência mais pura e elevada de sua época (aquela na qual formara sua cultura),

(2) Idem, idem, pág. 335.

(3) Giovanni Rossi — L’ente económico-administrativo, vol.II, pág. 388, Edição STL degli Artigianelli, Reggio Emilia, 1882.

mas, sua inquietude intelectual o levava a ampliar as bases lógicas do entendimento geral.

Embora Rossi não figurasse na bibliografia do livro maior do mestre lusitano (de 1929), existem citações ao mesmo no texto, assim como dos grandes vultos da época como Zappa, Masi, Schmalenbach, Dumarchey, Alfieri, Besta, Bellini, Quesnot e outros; Lopes Amorim manteve-se em uma linha invejável de coerência e respeito a cultura contabil superior do tempo que editou sua obra maiúscula sobre contabilidade geral.

Repetimos, todavia, que Lopes Amorim não foi um compilador, um mero reproduzidor de ideias, mas um inquieto pensador que trazia contribuições importantes; tinha uma convicção inabalável em seus pontos de vista (o que é próprio dos génios) o que nos valeu, a mim e a ele, tertúlias através das páginas da Revista de Contabilidade e Comércio, do Porto (na década de 50).

Se discordamos em alguns poucos pontos, estávamos de acordo na maioria deles e nossas discussões jamais extrapolaram o imenso respeito que sempre nos dedicamos.

Se hoje entendemos que o património pode por si, gerar seus próprios fenómenos (assim tratamos em nossa Teoria Geral do Conhecimento Contábil) não podemos negar que só à custa de muitos esforços e como fruto do ocorrido nessa segunda metade do século XX, foi-nos possível tal admitir (pelos efeitos da robótica, da informática etc.).

Sabemos, na actualidade, que o património, em muitos casos, já não mais depende de actos administrativos e nem do próprio homem, como, também, os efeitos do ambiente exógeno tende hoje a provocar sérias mudanças na expressão quantitativa e qualitativa da riqueza, no tempo e no espaço.

O curso de nossas atuais ideias, todavia tiveram lastro inequívoco nos pontos de vista lógicos de Lopes Amorim, principalmente no que tange aos aspectos filosóficos e metodológicos (como se apoiaram, também, em Masi, Giannessi, D'Auria e outros mestres).

Comungamos com o mestre em pontos deveras básicos que formaram desenvolvimentos de ideias nossas, na década de 60 e só a partir do fim da década de 70 enveredamos para um campo de maior amplitude que fez gerar a nossa Teoria Geral (que em muitos pontos conserva o sabor da filosofia de Lopes Amorim).

O objecto científico na doutrina do equilíbrio

Que o mestre pretendeu dar destaque ao equilíbrio patrimonial, como algo relevante e fundamental, não há dúvida.

Em várias correspondências que me dirigiu destacava sempre tal ponto central de sua ideia.

A base conceitual já havia claramente expressa em seu texto:

“Por fenómenos patrimoniais devemos, pois entender as repercussões dos movimentos patrimoniais sobre o equilíbrio geral do património das empresas⁽⁴⁾.”

Como patrimonialista, distinguiu a fixação do objecto de seus estudos de forma peculiar: enquanto Masi atribuía ao objecto uma generalidade, Lopes Amorim condicionava tudo ao equilíbrio.

Para que o fenómeno, pois, ocorresse, era preciso que se chegasse ao equilíbrio, sem o que não se poderia considerar exercida a finalidade.

O mestre prendia-se ao conceito hegeliano (muito influente no início do século) de que o fenómeno é o exercício da essência⁽⁵⁾ e não podia aceitar, pois, como fenómeno patrimonial o que não modificasse o estado inercial.

Nisto existia uma coerência lógica sobre os aspectos da natureza na riqueza e de sua incapacidade para o “automovimento”.

É obvio que o equilíbrio, no entender do mestre, era buscado, analogicamente, nos domínios da física, pois, é claro o posicionamento que nos dá de suas razões:

“A administração da empresa, apresenta-se como um *sistema de forças* em atitude de actuação permanente,⁽⁶⁾”

Quando tal “sistema de forças” é harmônico a eficácia se produz através do equilíbrio, segundo o mestre, em sua forma de conceber as relações

⁽⁴⁾ Jaime Lopes Amorim — Lições... pág. 340.

⁽⁵⁾ G.W.F. Hegel — Enciclopédia das Ciências Filosóficas, vol I, pág. 140, ed. Athena, Rio de Janeiro 1938.

⁽⁶⁾ Jaime Lopes Amorim — Lições... pág. 341.

lógicas essenciais em sua doutrina⁽⁷⁾.

A mente filosófica de Lopes Amorim, a sua ambição intelectual, seu espírito epistemológico invulgar, fizeram dele um dos grandes mestres de nosso século, e seus fundamentos teóricos representaram, inequivocamente, um avanço; isso é ainda mais notável se compreendermos que na primeira metade deste século XX, como seus coevos, tivemos expoentes máximos de nossa doutrina e revoluções profundas na sociedade, na ciência e no comportamento humano.

Lei da conservação patrimonial

Em sua abstracção científica, Lopes Amorim edificou uma lei, a partir de razões lógicas que desenvolvera em seu trabalho.

Sua pretensão era a de nivelar a Contabilidade aos demais ramos superiores do conhecimento humano, notadamente aqueles tradicionais, como bem se referiu (Física, Química etc.) em sua Contabilidade Geral (1929).

Nesse seu esforço aceitou como verdade basilar a “lei da conservação” do equilíbrio, fiel ao raciocínio filosófico no mais alto e tradicional nível.

Confessa, expressamente, a analogia contabil com as leis da mecânica e apoia-se nas bases dos “contrários” que movera desde o berço da filosofia, os filósofos jônicos (notadamente Heráclito, de Efeso) e, enunciou:

“Toda alteração de valor, ocorrida em qualquer elemento no património, provoca invariavelmente uma alteração igual noutro ou noutros elementos, destinada a neutralizar o equilíbrio da primeira⁽⁸⁾.”

Sua aceitação ao princípio do filósofo Rosmini, como se refere, é um modelo, ou seja, um paradigma da situação que admitiu como de “conservação”, pois, a anulação de um desequilíbrio representa, inequivocamente, a promoção de equilíbrio, por influência lógica.

⁽⁷⁾ Idem, idem, pág. 342.

⁽⁸⁾ Idem, idem, pág. 343

Ao inspirar-se no pensador italiano⁽⁹⁾, Lopes Amorim aceitou a generalidade de um conceito de verdade que elegeu como paradigma; admito que o mestre tomou por base as razões do filósofo referido no que tange ao modelo eleito, para orientar a sua metodologia (ele não se refere, ao texto e nem a obra, mas, podemos admitir que seja o que também Masi seleccionou e estampou à pág. 11 de sua "La Ragioneria come Scienza del Património"), ou seja:

"Il vero e il falso é una qualità di giudizi e degli assensi del uomo. Se l'uomo assente a cio che é, il suo assenso e verace; se assente a cio che non e, il suo assenso e mennace... colui che aderisce a molti errori, crede di sapere molto: perció volgarmente si appella sapere anche quello che non e altro se non una falsa persuasione che l'errante ha di sapere."⁽⁹⁾

Isto porque o mestre lusitano afirma:

"Esta lei constitui aquele princípio único, de que nos fala Rosmini, que nos vai servir de base à dedução de todo um sistema de verdades — e que, como tal, deverá estar sempre presente na nossa memória."⁽¹⁰⁾

Portanto, para a fixação de um objecto científico, que ele sempre proclamou como "orientador nas metodologias", necessário se fazia deixar bem claro que o equilíbrio, na sua forma de observar, fazia parte na própria essência do entendimento, ou, ainda, era condição natural, vinculada à natureza na matéria.

É nesse sentido que admitimos possa justificar-se uma "lei de conservação", como fundamento da preservação do conceito de um objecto racional.

Teve ele o zelo de dar à terminologia que utilizava o sentido profundo sob o qual deveria ser entendida.

⁽⁹⁾ A. Rosmini — Introduzione alla filosofia, Bolonha, 1924.

⁽¹⁰⁾ Jaime Lopes Amorim — Lições... pág. 343.

A associação entre o “termo científico” e o “pensamento científico” deve dar teor específico à ideia, de modo que ela possa transcender ao uso comum, como bem advertiu Einstein ⁽¹¹⁾ e como Lopes Amorim teve o zelo de efetivar, para bem caracterizar sob que sentido o “equilíbrio patrimonial” deveria ser entendido.

Foi um conciliador de verdades científicas, sem, contudo, ser um imitador vulgar .

Não era dos que repetiam para difundir, mas, mantinha a inquietude de acrescentar ao conhecimento contábil, sempre, novos horizontes.

Suas hipóteses sobre o equilíbrio, pois, podem parecer ter um sabor daquelas da Teoria Positivista do escritor francês Dumarchey, mas, no âmago, guardam as razões lógicas essenciais do desenvolvimento próprio do mestre lusitano.

Hoje, em minha Teoria Geral do Conhecimento, é óbvio, não me preocupam o Activo, o passivo e nem a situação dita Líquida, como bases de raciocínio, mas, sim “Sistemas de Funções” dos elementos patrimoniais, porque nossa metodologia se direcciona para a eficácia, como anulação da necessidade aziendal, mas, não posso considerar como inaceitáveis ou inaproveitáveis os raciocínios passados de Lopes Amorim: é natural a evolução dos métodos e a mudança de posicionamento de pontos de vista no campo da ciência, mas, é anti-natural o abandono e o repúdio ao que serviu de base ao conhecimento (assim também entende Einstein quando discorreu sobre a Evolução da Física).

As mudanças conceituais não invalidam os esforços precedentes.

Se Lopes Amorim criou suas hipóteses de equilíbrio e de desequilíbrio a partir de volumes quantitativos e qualitativos de Activo, Passivo e Situação Líquida, não fez, senão, aceitar o que era tido como válido e mais importante, sendo coerente com o ambiente intelectual de seu tempo.

Os casos e as hipóteses que formulou, sobre efeitos “aumentativos” e “diminutivos” de agregados de bens, centravam-se, de forma lógica, nos

⁽¹¹⁾ Albert Einstein — A Evolução da Física, pág. 21, edição Zahar, Rio de Janeiro, 1980 (4ª ed.).

conceitos de “massa em movimento constante”, sob um só aspecto “o da manutenção do equilíbrio patrimonial” que em minha teoria denominei como Função de estabilidade (e que compõe o conjunto de sete funções: liquidez, resultabilidade, estabilidade, economicidade, produtividade, invulnerabilidade e elasticidade).

Assim, por exemplo, em sua primeira hipótese leciona que:

“O desequilíbrio ocorrido no património quando a variação aumentativa for superior à variação aumentativa do passivo, será neutralizado por uma correlativa variação da situação líquida, igual à diferença entre as variações daqueles componentes patrimoniais.”⁽¹²⁾

Fez o mestre questão de deixar claro que a lei da Conservação Patrimonial estava além de um simples jogo gráfico de contas, da informação apenas, porque os reconhecia como “instrumentos” e não como a própria matéria de estudo de uma ciência.

O património como matéria, como substância, era a forma como deveria ser observado, cientificamente e por isto uma lei que analogicamente se conectava com a Física mecanicista, parecia-lhe principal.

A preocupação do mestre era a de dar conotação superior aos estudos e de buscar, em seu método de desenvolvimento, apoio em outros conhecimentos consagrados, quer na ciência, quer na filosofia.

Se hoje, também por analogia, buscamos outros posicionamentos, eles em nada desmerecem os alicerces do pensamento do grande mestre lusitano, muito opostamente, nossas posições atuais foram prodigiosamente enriquecidas com as bases do pensamento de Lopes Amorim.

Hipóteses de equilíbrio — avanços terminológicos e metodológicos

O desenvolvimento teórico do mestre levou-o à formulação de hipóteses combinatórias entre as variações ocorridas em Activo, Passivo e Situação Líquida (esta recebendo os reflexos).

A visão do eminente cientista sempre nos pareceu ampla, bastando

⁽¹²⁾ Jaime Lopes Amorim — Lições... pág. 347.

lembrar os conceitos "ferrenhos" que debateu em torno da reintegração e da amortização⁽¹³⁾ tais debates dimensionam bem a sua intransigência intelectual dentro da verdade científica, dentro da realidade patrimonial essencial.

A ótica sob a qual observava era coerente com os mais elevados conceitos de nossa doutrina, de cunho nitidamente patrimoniatista (e Masi muito o louvou por isto), mantinha-se fiel ao que elegera, como razão lógica essencial de sua directriz no campo da ciência.

Preocupava-se com a posição de Dumarchey (em sua Teoria Positiva) porque eram muito evidentes na época, ele as respeitava, em vários pontos a endossava, mas, mantinha-se fiel aos princípios da alta doutrina italiana e àqueles que ele acrescentara e valorizara em seus trabalhos.

O mestre preocupou-se em evidenciar uma educação (que é uma relação), ou seja, uma posição de igualdade, mantida mesmo quando diferente é o comportamento entre Activo e Passivo.

As demais hipóteses, nos demais casos, seguem sempre a mesma linha filosófica.

Apezar do rigor matemático demonstrado pelas hipóteses, entendo que ele não se prendeu exclusivamente a eles (sua doutrina era profundamente epistemológica).

Por esta razão, ao partir para as suas conclusões⁽¹⁴⁾ fala-nos de "avigoramento" e de "afrouxamento" do equilíbrio, sob certas circunstâncias, nas quais reconhece perda ou acréscimo do poder patrimonial."

Assim, por exemplo, na 1ª conclusão, estabelece com clareza:

"Que as variações aumentativas do Activo, isoladamente consideradas, *avigoram o equilíbrio patrimonial*, porque aumentam a Situação Líquida, enquanto que as variações aumentativas do Passivo *afrouxam o equilíbrio patrimonial*, porque diminuem a situação líquida⁽¹⁴⁾..."

A situação Líquida, pois, fica claro nas expressões do mestre, é a indicadora das variações do equilíbrio, funcionando como uma "base de aferição; tal raciocínio era predominante no início do século XX e o mestre o absorveu para os fins de seus aspectos de convicção doutrinária.

⁽¹³⁾ Revista de Contabilidade e Comércio, pág. 107 e seg., nº 105, Janº-Março de 1959.

⁽¹⁴⁾ Idem, idem, pág. 355.

O que difere, entretanto, em sua maneira de enfocar a questão, é a metodologia científica que emprega, fruto de um aspecto particular de apresentação do objecto que admitia para a disciplina.

Para a doutrina que defendia, o relevante estava na “diferença” ou “adição” da riqueza líquida (haveres menos obrigações).

Sabemos o quanto custou à teoria contabil, e, ainda custa, a libertação desses conceitos eminentes ligados à “propriedade”.

Não se poderia, pois, admitir que o grande mestre abandonasse a linha predominante de seu tempo, mas, é inequívoca a sua rebeldia intelectual (e é ela que faz evoluir o conhecimento) quando busca a analogia em outras metodologias científicas (como a Física), basta um exame ligeiro de suas ideias para que se perceba esse desejo de uma passagem para outros cursos de raciocínios, como, por exemplo, em sua frase, seguinte:

“É a posição em que as *massas* do Activo e Passivo têm precisamente o mesmo *volume* e que, como tais, se mantêm num equilíbrio que a menor *oscilação* destruirá num instante.”⁽¹⁵⁾

Os termos por nós grifados (massa, equilíbrio, volume, oscilação) são típicos da terminologia da física, mas, logo, e a seguir, no parágrafo imediato, o mestre já indica o condicionamento jurídico (de propriedades e obrigações) predominante na época em que produz sua Contabilidade Geral:

“É, por conseguinte, uma posição crítica ou equivocada de equilíbrio, susceptível de produzir o maior desequilíbrio ou perturbação moral no *proprietário* da empresa, cujo património se apresenta em tais condições, e que tenha na devida conta a honra na satisfação de seus *compromissos*.”⁽¹⁶⁾

As figuras do dono, no compromisso e da obrigação, destacam bem a orientação personalista, vizinha do Direito.

O que é extraordinário, entretanto, em sua obra é essa ruptura de compromissos teóricos de sua formação cultural (que ele faz sem ferir as conquistas já havidas), para acenar os aspectos mais elevados e a introdução de novas terminologias como as que emprega ao falar em “zona de

⁽¹⁵⁾ Idem, idem, pág. 357.

⁽¹⁶⁾ Idem, idem, pág. 357/8.

estabilidade", "zona da instabilidade"⁽¹⁷⁾, "equilíbrio quantitativo integral" e "equilíbrio serial".⁽¹⁸⁾

Influências, pontos convergentes e variações em torno de uma teoria do equilíbrio

A preocupação que no fim da década de 20, deste século XX, orientou o rumo das doutrinas de Lopes Amorim, criaram fortes raízes.

Não posso afirmar que elas tenham sido a inspiração de Ceccherelli, Riparbelli e Amaduzzi ^(19, 20, 21), nas décadas de 40 a 60, mas é inequívoco que os estudos desses eminentes mestres também se direccionaram em sentido análogo.

Quanto a nós, sim, podemos afirmar que os postulados de Lopes Amorim, somados aos aludidos mestres italianos, muito nos inspiraram em nossa teoria do equilíbrio⁽²²⁾ e que foi apresentada à Universidade do Brasil.

Buscávamos conhecer "em que proporções" o equilíbrio se verificava e, nisto, muito nos ajudavam as zonas de estabilidade de Lopes Amorim e os estudos de balanços-tipos, de Ceccherelli.

Correspondências que troquei com o mestre lusitano despertaram-me a atenção para importantes pontos de vista, e muito nos estimulariam a uma busca de "limites de equilíbrio".

⁽¹⁷⁾ Idem, idem, pág. 360.

⁽¹⁸⁾ Idem, idem, pág. 361.

⁽¹⁹⁾ Alberto Ceccherelli — *Il linguaggio dei bilanci*, edição Felice Le Monier, Florença, 1950.

⁽²⁰⁾ Alberto Riparelli — *Il contributo della Ragioneira nella analisi dei disesti aziendali*, ed. Valechi, Florença 1950.

⁽²¹⁾ Aldo Amaduzzi — *Indagini sull'efficienza, teoria dell'equilibrio nella dinamica aziendale, pianificazione integrale dell'azienda*, ed. Cupsi, Pisa, 1960.

⁽²²⁾ António Lopes de Sá — *Teoria do Capital das Empresas*, ed. FGV, Rio de Janeiro, 1964.

Uma intensa pesquisa empírica foi por nós desenvolvida até que pudéssemos observar que não eram, apenas, as expressões dimensionais quantitativas e qualitativas que influíam, mas, especialmente, o processo circulatório ou de giro, tão como a natureza dos ciclos operacionais.

O conceito de equilíbrio passava, então para nós, por algumas correcções, onde predominavam as relações lógicas dimensionais de Tempo e Espaço.

Desequilíbrios em certas épocas poderiam ser o caminho do equilíbrio em outras, tudo dependendo dos ciclos e das funções.

O equilíbrio da Situação Líquida, considerado por Lopes Amorim, como o modelo daquele "Integral", para a nossa Teoria passava a ter importância relativa e restrita, embora continuasse a ser importante.

O mestre enunciava:

"Ao equilíbrio patrimonial expresso na Situação líquida, poder-se-à dar o nome de equilíbrio quantitativo integral, visto que é o somatório de todas as posições de equilíbrio quantitativo elementar ou parcial, isto é, dos diferentes elementos patrimoniais.⁽²³⁾"

Para nós, entretanto, o equilíbrio dependia não só da harmonia estática da "massa patrimonial", mas, de uma "dinâmica" competente para manter a vitalidade aziendal.

Não podemos, todavia, negar que a metodologia doutrinária de Lopes Amorim tivesse influenciado a nossa Teoria.

Se apresentávamos alguns enfoques diferentes, mantínhamos, todavia, o escopo.

O mestre buscava na situação líquida a posição de estabilidade, e, nós, as proporções definidas competentes para exprimirem o equilíbrio.

Mais tarde, e, quase 20 anos mais tarde, é que a posição de equilíbrio, tão importante para nós, passaria a se inserir como apenas uma "função patrimonial", em meio de outras seis; nesse caso a Teoria do Equilíbrio situava-se como uma Teoria Derivada em um conjunto de outras Teorias Derivadas de uma grande Teoria Geral das Funções Sistemáticas do Património Aziendal (como apresentamos em nossa obra Introdução à Ciência da Contabilidade).

⁽²³⁾ Jaime Lopes Amorim — Lições... pág. 361.

O caminho das ciências está cheio de exemplos similares, ou seja, a construção de teorias que emergem de outras, antes tidas como exclusivas formas de observação.

Para nós, hoje, a Eficácia Global não se traduz apenas pelo equilíbrio, mas, pela somatória da eficácia das seguintes funções sistemáticas:

Liquidez ;
Resultabilidade ;
Estabilidade ;
Economicidade;
Produtividade ;
Invulnerabilidade e
Elasticidade.

A Estabilidade é que é a que desempenha a capacidade de equilíbrio, apresenta, apenas, a "harmonia estrutural" , sendo, apenas, uma das funções que o património precisa exercer para que seja plenamente eficaz.

Talvez, todavia, também aí, exista, apenas, uma questão de terminologia, mas, a estrutura de nossas relações lógicas abrangem três grandes grupos (Essenciais, Dimensionais e Ambientais).

Admito, sem forçar intelectualmente os conceitos, que Lopes Amorim quisesse observar no Equilíbrio o que apresentamos como "Eficácia" (até certo ponto, apenas).

Isto porque o mestre abrangia "todas as variações", de todos os fatos, para a projecção de um Equilíbrio Integral.

Não posso afirmar que o mestre aceitasse nosso posicionamento interpretativo, mas, ousou admitir essa correlação de ideias.

Minha teoria admite uma "independência sistemática", ou seja, uma azienda pode ter produtividade e não ter resultabilidade; pode ter liquidez e não ter produtividade; pode ter equilíbrio e não ter resultabilidade; pode ter liquidez e não ter invulnerabilidade e, assim, por diante.

Isolamos as funções em sistemas e dimensionamos desempenhos (em Tempo, Espaço, Qualidade, Quantidade, causa e efeito).

Para nós existem "meios" e "necessidades" inseridas no património e cada Sistema exige, de cada componente, um comportamento específico.

Os estóques, para a liquidez, são meios de pagamentos, mas, para a resultabilidade são "meios de lucros" (e nele se inserem como necessidades que conduzem à conversão do lucro, através das receitas e que são os meios genuínos).

O tempo do estoque pode satisfazer a liquidez (entre investir e desinvestir), mas, pode não satisfazer a resultabilidade, por isto, o mesmo estoque pode ser eficaz como meio de pagamento e ineficaz como necessidade que conduz ao lucro.

Basta que um estoque se venda, com facilidade em uma liquidação, para que se transforme em dinheiro e satisfação a liquidez, mas, pode não satisfazer à margem de lucros necessária e que seria alcançada em uma venda normal, a maior tempo.

O que é bom para a produtividade pode não ser para a liquidez.

Em suma, hoje entendemos que a eficácia como meta, deve ser integral e que cada sistema de funções tem a sua própria.

Em nossa Teoria, onde muitas são as proposições lógicas, admitimos, como uma das básicas que:

A eficácia tende a ser constante se a função patrimonial é eficaz constantemente.

E, entendemos por eficácia (Ea), a anulação da necessidade (n), em conceito restrito e relativo a cada tempo, ou seja:

$$Ea \Leftrightarrow (n = 0)$$

Para nós o património inerte não exerce função (máxima absorvida de Lopes Amorim) e esta só é competente se anula a necessidade.

A necessidade aziendal (que não se confunde com a do indivíduo) é a fonte da finalidade aziendal e os meios patrimoniais existem para suprir as necessidades e tornarem a finalidade eficaz (essa a base filosófica de nossa Teoria).

Nas relações de essência, com as quais construímos nossa Teoria, buscamos muito na lógica de Lopes Amorim, e, embora, hoje, os aspectos metodológicos sejam diferentes, em muitos ângulos, não deixam de conservar as raízes do grande mestre lusitano.

Intuição científica do aspecto social do património

Preservando os conceitos básicos que formam sua linha de grande coerência lógica, o mestre Lopes Amorim brindou-nos com as suas "Noções Básicas de Contabilidade", em dois volumes, no início da década de 60.

Enviou-nos o livro com uma preciosa dedicatória que conservamos

como rara joia de amizade e consideração: "Ao meu mui prezado amigo e colega Prof. Dr. A. Lopes de Sá, em testemunho de muita consideração e apreço pela sua inteligência e pelo seu saber, oferece, Jaime Lopes Amorim, porto, 17-VI-1966".

O mestre dos mestres, o mestre de um emérito como Camilo Cimourdain de Oliveira, outra grande luz no cenário intelectual lusitano, tinha, de minha parte, recíproca consideração, acrescida de um enorme respeito.

Se algumas vezes tertuliamos, foi pelo excessivo amor na ciência que ambos predilecionávamos, mais que por qualquer outro motivo.

Em verdade, minha imensa admiração pelo mestre, era a mesma que dedicava a D'Auria, Masi, Onida, Melis, Giannessi, Fernandez Pirla, Fernandez Pena, Gonçalves da Silva, Fernandes Ferreira, Lamouroux, Ortigueira Bouzada, Schneider, Garner, e, tantos outros com os quais mantinhamos correspondência firme e troca de ideias permanente.

Essa irmandade intelectual contribuiu, em muito, para o nosso permanente progresso intelectual.

Sempre admirei em Lopes Amorim as suas sinceridade e intransigência com os postulados de sua doutrina e que defendia ferrenhamente.

Nada mais justo, pois, que hoje render-lhe a minha expressa homenagem, discorrendo sobre os seus pontos de vista científicos e filosóficos, com o colorido e calor humano de uma amizade sólida que sempre lhe dediquei.

Esse exórdio fazia-se necessário para enforçar uma "semente de ideia" que o mestre deixou em nossos trabalhos e que frutificou em várias outras.

O Objecto de nossa disciplina Lopes Amorim bem o reconheceu no campo social.

Entendo que tal convicção não se lastreou apenas no fato de ter sido esta a tendência que já se prenunciara desde 1836, quando a Academia de Ciências de Paris assim a reconheceu (através da obra de Coffy e da proposição de Costay).

Nesse particular é preciso absorver as entrelinhas e bem penetrar no espírito do mestre.

Assim, por exemplo, em sua frase seguinte, muito se pode sentir do que imaginava:

"A enorme importância social que nos tempos atuais desempenha a prática dessas operações faz com que seja o património das entidades (empresas) que se dedicam à especulação económica o

que vai constituir objecto exclusivo de nosso estudo⁽²⁵⁾.

Previa ele o gigantismo e a importância que as empresas estavam tomando no ambiente social e tinha consciência de que tal efeito teria destaque sobre os demais estudos.

Tal a influência crescente dessas aziendas que visam ao lucro (empresas) que o mestre antevia a própria análise do mundo social, através da pressão que poderiam exercer.

As "Operações" a que se referia no texto citado eram exactamente dessas células sociais.

No momento em que escreveu essa obra referida, começava a formar-se uma consciência da economia através dos balanços das sociedades e não estavam maduras, ainda, as tecnologias do Balanço Social ou do Valor Acrescentado ou Adicionado.

Em verdade a Bélgica, desde 1948 instalara uma Central de Balanços, o Banco da Alemanha em 1967 já informatizava balanços e em 1968, na França, também se constituía uma central similar.

Em 1960, também nós, reunindo grande número de balanços partíamos para uma pesquisa empírica que fez gerar parte do material de nossa Teoria do Equilíbrio.

As ligações entre a Contabilidade e mundo social e a posição inversa, eram condições irreversíveis de nossa tecnologia, mas, Lopes Amorim a tudo pressentiu, mesmo sem dedicar-se a uma análise ou estudo específico; se o tivesse feito, possuímos certeza, produziria algo compatível com a sua genialidade.

Sabemos que ele ao tomar a contabilidade como ciência social, citou Charpentier, em quem parece ter-se apoiado e do qual com maior convicção absorvera tal posicionamento⁽²⁶⁾, mas o desenvolvimento que dá ao assunto nos convence de que Lopes Amorim mais por visão própria que por concordância com terceiros possuía tal convicção; e é aí que seu pensamento se amplia e faz inequívocas conjecturas sobre um futuro (que já estamos vivendo).

⁽²⁵⁾ Jaime Lopes Amorim — Lições... pág. 199.

⁽²⁶⁾ Idem, idem pág. 87

A ciência contabil e Lopes Amorim

O ponto alto da obra de Lopes Amorim, todavia, para nós, está na sua firmeza científica e na sua postura filosófica com inequívocas ambições de evolução.

Dono de um conhecimento amplo das obras clássicas de nossa disciplina não só europeias mas americanas ele traça um quadro de tal seriedade e profundidade que só podemos reverenciar com entusiasmo e respeito.

São dignos de um especial louvor, para mim, os conceitos que emite e as críticas que faz, do capítulo X ao capítulo XIV de sua magistral "Lições de Contabilidade Geral" (1929), percorrendo o curso no pensamento contabil no tempo.

A contestação que o mestre lusitano faz à Terranova e a defesa que empreende sobre as razões lógicas e científicas da Contabilidade não é apenas um monumento literário, mas, algo filosófico de altíssimo jaez⁽²⁷⁾.

O paragrafo "A Contabilidade é uma ciência e como tal, reúne todos os atributos", do capítulo XIV, evidencia toda a força de convicção do grande mestre e seu verdadeiro espírito epistemológico.

Ao adoptar a máxima do filósofo Rosmini (9), assume uma inarredavel posição de reconhecimento científico à Contabilidade, por entendê-la como "um sistema de verdades dependentes de um princípio único"⁽²⁸⁾.

Do filósofo italiano absorve as condições essenciais do enquadramento de uma ciência, ou sejam:

- 1º — Fixação e delimitação de seu posto dentro do grande corpo das ciências,
- 2º — Determinação do seu objecto,
- 3º — Escolha do método de investigação adequado,
- 4º — Formulação da definição.

Os capítulos XV, XVI e XVII de sua obra de 1929 são verdadeiros monumentos doutrinários e da página 197 à 310, pulveriza as teses de

⁽²⁷⁾ P. Terranova — Il vero posto della ragioneria di fronte alla scienzomania moderna, ed. Hoepli, 1924.

⁽²⁸⁾ Jaime Lopes Amorim — Lições... pág. 193.

Terranova e ergue um monumento de rara dignidade ao nosso conhecimento.

Em nossa obra actual conservamos ainda as mesmas convicções, embora que ampliando os limites de Rosmini que o mestre lusitano absorveu, por isto, em nosso livro "Introdução à Ciência da Contabilidade" inserimos um longo elenco de razões que nos levam a considerar como ciência a Contabilidade e cujo texto é o seguinte⁽²⁹⁾:

A Contabilidade insere-se dentro de todos os requisitos modernos das ciências factuais, pois:

- 1 — Tem **objecto próprio**, o património das aziendas, e estuda os seus **Factos** ou ocorrências, é, pois factual.
- 2 — estuda os factos com rigor **analítico**, os dissocia, remonta, reunindo um conjunto prodigioso de acontecimentos de forma metódica, com **metodologia própria**;
- 3 — as verdades que enuncia sobre as **relações** entre os factos que estuda são de valor **geral** e válidas em todas as partes;
- 4 — tem observações, teorias, hipóteses, leis, fontes de informações e demonstrações, tudo organizado **Sistematicamente**;
- 5 — tem uma história de mais de 8.000 anos e seus conhecimentos se **acumularam** sempre no sentido de um aperfeiçoamento e utilizando-se das conquistas do passado;
- 6 — não enuncia teorias em carácter absoluto, mas, ao contrário, acolhe **correntes de doutrinas**;
- 7 — tudo se enuncia como verdade é **verificável**, sendo, nitidamente **experimental**;
- 8 — seu conhecimento baseia-se em factores de prova, devidamente **explicativos**;
- 9 — enseja **previsão** do futuro através de um sistema próprio orçamentário;
- 10 — seu conhecimento produz uso prático e **útil** como protecção da riqueza humana, equilíbrio e bem estar social;
- 11 — tem correlação com os demais ramos do conhecimento humano.

⁽²⁹⁾ António Lopes de Sá — Introdução à Ciência da Contabilidade, pág. 29 e seg. , Edição Tecnoprint, Rio de Janeiro 1ª edição, 1987.

A Contabilidade é ciência porque reúne **todas as condições necessárias** a tal classificação, no **mesmo nível dos demais ramos do saber humano**.

A citação de nosso livro amplia, bastante, os ângulos de Rosmini, enquadrando-se dentro das convenções actuais, mas, chega ao mesmo fim, à mesma conclusão de Lopes Amorim.

Podemos ter desenvolvido aspectos que o grande mestre não enfocou, mas, isto, em nada deslustra a conclusão a que ele chegou e com a qual, de forma absoluta, nos identificamos em sentido amplo e irrestrito.

Lopes Amorim atribue a Besta o grande destaque do património como objecto da Contabilidade⁽³⁰⁾.

Pode parecer, à primeira vista, conflitante atribuir-se ao chefe da escola do Controlismo um cunho de Patrimonialista; Masi, o criador da escola, entretanto, é da mesma opinião de Lopes Amorim e acha que Besta, mesmo atribuindo como objecto de estudos o “controle económico da riqueza”, desenvolveu suas teses todas dentro de um autêntico patrimonialismo.

A obra de Besta a que Lopes Amorim se refere não se encontra em sua bibliografia, mas, admitimos que seja “La Ragioneria”, produzida em 1891 e com segunda edição em 1922 (edição Vallardi).

A percepção do mestre lusitano é justa e com ela concordamos sempre.

Ele reconhecia o Património como objecto, mas, não se alardeava em um criador de escola de pensamento, embora, de facto, o tenha sido, pelos aspectos peculiares que enfocou (e como o eminente Prof. Camilo Cimourdain de Oliveira escreveria quando escreveu sobre a Escola do porto).

Lopes Amorim tinha uma cultura muito actualizada de Masi, Schmalenbach, Zappa, Dumarchey, Paton, Quesnot, em suma, dos luminares seus coevos e por irto, com seu espírito de analista, podia distinguir os diversos ângulos doutrinários e lecionar com autoridade.

Segundo o que o saudoso mestre Vincenzo Masi revelou-me, pessoalmente, quando de nosso encontro em Bolonha, em 1974, a ideia de atribuir ao património o objecto da ciência contabil, ocorreu-lhe em Dezembro de 1926; na Revista Italiana de Contabilidade, publicaria artigo a respeito, a primeira obra do grande mestre italiano, a respeito, sairia em 1927 — La Ragioneria Come Scienza del Patrimonio, e Lopes Amorim já citava em sua

⁽³⁰⁾ Jaime Lopes Amorim — Lições... pág. 303/4.

obra de 1929 mostrando a grande actualização que mantinha.

O que nos impressiona, todavia, em tudo isto, é que a intuição de Lopes Amorim desde a década de 20, confirmada nas edições de 1960, se dirigisse em um sentido de “maior amplitude” da metodologia (não se contentou em fixar o património mas vinculou-lhe a posição de equilíbrio).

O mestre, todavia, não só identifica as condições básicas científicas, mas, preocupa-se com a defesa delas.

A diferenciação que traça entre o “registrar” e o “interpretar” o que se registrou, oferece um argumento lógico tão irrefutável que fecha todo o circuito das muitas outras alegações que produz.

Leciona:

“Escrever números uns por baixo dos outros é, sem dúvida, uma arte, e uma arte das mais simples, que se aprende com um pouco de prática, mas a sua conveniente interpretação é alguma coisa de mais transcendente que ultrapassa as forças da prática⁽³¹⁾”.

“A dificuldade, diz Yves Guyot, não está em alinhar números, mas, surge nitidamente, quando se trata de saber o que é que esses números compreendem⁽³¹⁾”.

E, enfaticamente conclui:

“E, para isto, a prática só não basta, será preciso alguma coisa mais que a prática, será necessário uma teoria, e não uma teoria superficial, mas, sim, uma teoria profunda⁽³¹⁾”.

A frase do ilustre chefe na Escola do Porto, tinha, nesse particular, a mesma estrutura conceitual daquela de um dos maiores génios da Humanidade, o iluminado Leonardo Da Vinci:

“Quelli che s’innamorano di pratica senza scienza,
son come l’nocchiere, ch’entra in naviglio
senza timone o bussola, che mai ha certezza
dove si vada. Sempre la pratica deve essere
edificata sopra la bona teorica.”

⁽³¹⁾ Idem, idem pág. 305.

Lopes Amorim, todavia, além de sua intransigente e justa defesa do campo científico, conjugava-se, uma vez mais com Masi, para condenar a subordinação da contabilidade a uma “Economia de Empresa” que vicejava nas escolas na Alemanha, da Itália (com Zappa e sua escola) e entre escritores belgas, franceses Anglo-saxões.

O mestre fez a defesa enérgica da “autonomia” de nosso campo, sem aceitar (com muita justiça) qualquer subordinação; ainda aí mostrou toda a sua grande visão de um futuro, pois, a dita Economia Aziendal terminou por não resistir ao tempo e até hoje não justificou logicamente a sua existência.

Enfaticamente o mestre evidenciou que aquele “modernismo”, (na época) não o impressionava e que não abandonaria as suas convicções de autonomia científica na Contabilidade, para filiar-se a ideias nas quais não acreditava, pela debilidade conceitual e confusão que se estabelecia⁽³²⁾.

O que o tempo veio demonstrar, foi o que o mestre havia previsto; a partir da década de 60 a Contabilidade enveredou-se por fortes teorias novas que, cada vez mais, garantiam a sua autonomia.

Entendemos, como o mestre, que os conhecimentos se entrelaçam, mas, que nada justifica a mescla de aspectos de observação.

A mim me parece absurdo admitir que a Contabilidade se subordine a uma “Economia de Empresas”, primeiro porque a Economia tem seu objecto amplo no social e segundo porque a Contabilidade não se aplica só à empresa, mas, também as instituições.

Além do mais, não há vantagem nenhuma em mesclar-se diferentes metodologias e interesses, uma coisa é estudar a riqueza aziendal e outra o pessoal de uma empresa.

Absurdo semelhante seria afirmar que a Economia subordina-se à Astronomia, porque o facto económico se produz na sociedade, a sociedade está inserida no planeta e o planeta está inserido no Cosmos...

Não é o lugar onde o objecto se situa, mas o método de estudá-lo que caracteriza uma ciência, um mesmo objecto pode (e é) ser visto de várias formas, segundo o método científico que é analisado.

Seria ridículo afirmar que a Física se subordina à Psicologia ou à Administração porque alguns corpos se movem ou alguns fenómenos se

⁽³²⁾ Idem, idem pág. 308.

produzem porque o homem os comanda ou provoca.

Quando Galileu estudava a velocidade (do som e da luz), tomando por base um disparo de canhão, a ele pouco importava quem era o "proprietário" do canhão, que General comandava o ataque, que estratégias moviam o disparo, quem era o dono do terreno onde se achava o canhão etc., etc..

Não era "onde estava o produtor do fenómeno", mas, a propagação do som e da luz que o interessavam; como observa o eminente mestre do I.S.C.A.-Aveiro, Prof. Amilcar Amorim, foi a impossibilidade de abarcar com eficácia a totalidade de factos ou fenómenos que ensejou a divisão científica⁽³³⁾, essa a tendência moderna, ou seja, a de dar autonomia a várias ciências e não o inverso.

O fenómeno patrimonial, como situamos em nossa Teoria Geral do Conhecimento Contabil, produz-se por efeitos diversos e que podem ser os do próprio património, das administrações, do pessoal da azienda, políticos, ecológicos, científicos e tecnológicos, legais, sociais, económicos, jurídicos etc.

Próprias, por exemplo, como ocorre com a robotização, onde o trabalho se executa pelo património mesmo, pela informática (que emite ordens de compras automaticamente, por exemplo).

Das administrações, que se processam pelas decisões, do pessoal, pelas iniciativas de actos mesmo sem a acção administrativa, políticos, quando mudam condições operacionais que afectam a riqueza, ecológicos quando os agentes naturais alteram os elementos do património, científicos e tecnológicos quando os bens se superam e se tornam obsoletos, por acção externa, legais quando as leis tornam inválidas as funções de bens (confiscos, restrições de operação etc.) ou alteram comportamentos da riqueza, dos custos, das vendas etc., sociais quando a massa atinge o património (quebradeiras, greves, revoluções etc.), económicos, pelas alterações do mercado, modificações de políticas cambiais e financeiras etc., jurídicos, por acção de decisões judiciais que invalidam actos, estabelecem sanções etc.

É inequívoca a produção de fenómenos patrimoniais por acção múltipla, de variadíssimos factores, mas é igualmente inequívoco que tais factos são peculiares e não se confundem com os demais que ocorrem na vida das empresas ou das aziendas em geral.

⁽³³⁾ Amilcar Amorim — Introdução às Ciências Sociais, vol. I pág. 9, Aveiro, 1987.

Tal posição conceitual Lopes Amorim assumiu com convicção e o tempo se incumbiu de provar todo o acerto com que se houve.

Aspectos filosófico-contábeis na doutrina de Lopes Amorim

Muito difícil é, em doutrina superior, dissociar -se o aspecto filosófico daquele científico.

Em verdade a ciência, tão como a intuição científica, nascem, na História, agasalhadas pela Filosofia; se depois se separaram, por longo tempo, a tendência desse século foi a de novamente reuni-las.

As obras filosóficas, no campo contábil, não são muitas, mas, encontramos em Giovanni Rossi, Vincenzo Masi e Jaime Lopes Amorim (para citarmos apenas três nomes) reflexões nitidamente desse género.

É digno de citação e de análise o texto do grande mestre lusitano que passamos a transcrever:

“...se tomarmos para princípio fundamental da construção logismológica a lei do equilíbrio da variação das contas, não podemos logicamente considerar o sistema unigráfico, na sua fase inicial, como a primeira tentativa feita no sentido de demonstrar a Ciência da Contabilidade, por quanto nessa altura ainda não existiam as contas do património, e, no entretanto, Dumarchey é o primeiro a reconhecer que o sistema em questão representa o primeiro passo dado para uma demonstração científica.

Nestas condições, não podemos tomar para a base da construção logismológica um princípio ou uma lei em que se fala de materiais já manipulados dessa mesma construção e que, por conseguinte, é posterior ao próprio início da Contabilidade.

Assim, por exemplo, quando em Química se diz que o peso do composto é igual à soma dos componentes, enuncia-se uma verdade eterna, absoluta e constante que já se verificava mesmo antes de o homem dela se ter apercebido.

Neste caso, pois, não foi o homem que forjou esta verdade, porque ela existiu, existe e existira sempre, somente as manifestações dessa verdade serviram ao homem como que directriz invisível para

que ele, numa dada altura, se apercebesse de sua existência.

No nosso caso, porém, as coisas passam-se duma maneira completamente diferente, porque o princípio do equilíbrio das variações das contas é uma verdade resultante de um arranjo ou duma construção prévia e que, como tal, só daí para cá terá consistência possível⁽³⁴⁾."

O mestre, em sua dissertação, nitidamente filosófica, buscava, no âmago, na essência, encontrar a verdade sobre os eventos, ou sejam, as razões lógicas fundamentais no fenómeno patrimonial, em face de outros.

Buscava o caminho do "fenómeno construído" e a distinção com o "fenómeno natural" que não depende da existência da acção humana; diferenciava os efeitos das leis cósmicas naquelas que advêm da acção do homem.

Na realidade, como bem situou o mestre do I.S.C.A.-Aveiro, Prof. Amilcar Amorim, os modelos, os eventos, tudo o que ocorre pelo efeito do homem, ou naquilo que directamente ao mesmo se vincula, ou sobre ele influe, promove uma classe especial de fenómenos⁽³⁵⁾.

Os fenómenos contábeis, em nosso modo de entender (na teoria que edificamos), nascem da necessidade aziendal (n), transforma-se na finalidade aziendal (Fi) e, então, gerando meios (m) patrimoniais, pelo exercício na capacidade desses mesmos meios, ou, funções, (f), suprem as necessidades e a finalidade torna-se eficaz (Ea).

$$\begin{aligned} n \longrightarrow Fi &=> m \longrightarrow f \\ f \longrightarrow (n=o) &= Ea \end{aligned}$$

O que entendemos, pois, como essencial, é o desempenho da função do património no sentido de obter a satisfação das necessidades aziendais.

Lopes Amorim, por conseguinte, em sua concepção filosófica, ao falar do "fenómeno produzido", não se distânciava muito do que entendemos, ou melhor, nós não muito dele distânciamos, pois, a necessidade patrimonial é a génese de tudo.

O grande mestre, com a sua genialidade peculiar, de titã da nossa doutrina, não confundiu "mecânica de contas", nem "expressões escriturais",

⁽³⁴⁾ Jaime Lopes Amorim — Lições... pág. 455.

⁽³⁵⁾ Amilcar Amorim — Introdução... pág. 36 e seg.

com a “essência do fenômeno” e lecionou:

“Parece-nos, portanto, que nos colocamos dentro da boa lógica, fazendo assentar o edifício logismológico, não sobre o princípio das variações das contas, mas, sim sobre o princípio do equilíbrio da variação dos elementos...”⁽³⁶⁾

A obra de Lopes Amorim não se pode confinar em uma comunicação, nem em uma monografia, dada a sua grandeza e profundidade de seus pensamentos, mas, podemos sumarizar afirmando que ela foi plena, abrangente, atingindo vastíssima área no nosso conhecimento em todas as suas hierarquias: tecnológica, científica e filosófica.

⁽³⁶⁾ Jaime Lopes Amorim — Lições... pág. 459.